

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.836 - PR (2018/0256816-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **BRUNO DI MARINO - RJ093384**
: **BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**
: **FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184**
RECORRIDO : **SERGIO LUIZ BRAZ**
ADVOGADO : **GUILHERME LUIZ SANDRI - PR022357**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A. fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL, CUMULADA COM DOBRA ACIONÁRIA E PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE EMPRESAS INCORPORADAS PELA TELEPAR S/A. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO OCORRÊNCIA. EMPRESA SUCESSORA QUE ASSUME A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. INTERESSE DE AGIR CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. DESCABIMENTO. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 2.028 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. ACIONISTAS QUE TEM DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO, OBSERVANDO-SE O VALOR DA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. GRUPAMENTO DE AÇÕES. IMPOSSIBILIDADE DE AFETAR A INDENIZAÇÃO DEVIDA. JUROS DE MORA DESDE A CITAÇÃO. ART. 405 DO CC. RECURSO DESPROVIDO" (fl. 388 e-STJ)

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente aponta violação dos artigos 333, I, 535, II, do Código de Processo Civil de 1973, 100, § 1º, e 223 da Lei nº 6.404/76, 402, 884 e 886 do Código Civil.

Aduz, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e que a falta de comprovação de prévio requerimento administrativo para a exibição dos documentos, com o devido pagamento da taxa respectiva do serviço, obsta o pedido de exibição incidental, nos termos do que preconiza o enunciado da Súmula nº 389/STJ. Registra, ainda, que o agravado não comprovou a relação jurídica. Por fim, afirma que a conversão da obrigação em perdas e danos deve ser apurada tomando-se por base o valor patrimonial da ação não emitida na data da integralização do capital.

Após as contrarrazões, o recurso foi admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

No tocante à violação do art. 535 do CPC, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. PRESCRIÇÃO. INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DATA DA CIÊNCIA DA INVALIDEZ. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide. O fato de a decisão ser contrária aos interesses da parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional.

2. "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral" (Súmula n. 278/STJ).

3. No julgamento do recurso especial, é inviável alterar as conclusões do Tribunal de origem quanto à data em que o segurado efetivamente tomou conhecimento da invalidez, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp nº 199.535/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/4/2013, DJe 24/4/2013).

Quanto ao mais, a insurgência merece prosperar.

De fato, apresenta-se equivocado o acórdão recorrido quando afirma que "(...) *é desnecessário o prévio requerimento administrativo*" (fl. 392 e-STJ).

A jurisprudência desta Corte acabou se firmando no sentido de que *"O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes."* (AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 27/5/2016).

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ. INCIDÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO. ART. 333, INCISO I, DO CPC/1973.

1. É firme na jurisprudência de ambas as Turmas integrantes da Segunda

Seção o entendimento de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira.

2. A não comprovação da prévia existência de requerimento formal apresentado pelo autor da demanda visando obter os contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira revela sua falta de interesse de agir, impondo a extinção do feito sem resolução meritória. A determinação de exibição incidental desses documentos nessa hipótese (de não comprovação da apresentação do imprescindível requerimento prévio) constitui verdadeira ofensa ao art. 333, inciso I, do CPC/1973. Precedentes.

3. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.331.352/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/12/2016).

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 389 DO STJ. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. 'O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes.' (AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016).

2. Agravo interno não provido" (AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 1º/12/2016).

Desse modo, verifica-se que o acórdão decidiu em dissonância com a jurisprudência desta Corte, ficando prejudicadas as demais questões.

Ante o exposto dou provimento ao recurso especial, para extinguir o feito por ausência de interesse de agir da parte recorrida. Condeno os recorridos ao pagamento das custas e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator